

PELOTAS, “CIDADE DE GAYS”:
Um estudo sobre os usos políticos
de uma representação ⁴²

Gláucia Lafuente Cavalheiro ⁴³

Ao estudar os usos políticos do “Folclore Gay de Pelotas”⁴⁴, entendido como uma representação da cidade, e suas formas de expressão no espaço público, procurou-se discutir questões latentes na cidade, no que se refere à relação entre a representação de “Cidade de Gays” e sua dimensão política, diante de acontecimentos políticos como:

- a divulgação, no segundo turno das eleições municipais, em novembro de 2000, de uma fita VHS, pela então candidata à Prefeitura, sra. Leila Fetter, da coligação “Um Novo Tempo” (PPB, PTB, PL, PFL), onde Lula (então presidente de honra do PT) em conversa com o candidato pela “Frente Popular” (PT, PTB, PL, PFL), Fernando Marroni, fez uma “brincadeira” sobre a candidatura do advogado José Cattaneo (PPB), auto-intitulado “Capitão Gay” . O fato teve repercussão até fora do País. O mesmo aconteceu com a candidatura, até então inédita na história da política partidária em Pelotas, de alguém com plataforma em defesa da comunidade GLS;
- no ano seguinte formou-se um grupo de pessoas dispostas a discutir assuntos sobre a homossexualidade, que se chamou TAMBÉM e tornou-se conhecido como uma ONG, embora, segundo um de seus integrantes, o professor Marcos Fernandes, 32 anos de idade, a intenção fosse apenas a

⁴² Este artigo é um resumo da monografia apresentada para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Memória, Identidade e Cultura Material, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, tendo como banca examinadora os professores Dra. Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, Me. Edgar Rodrigues Barbosa (orientador) e Dra. Flávia Rieth (co-orientadora), aos quais expresse meus profundos agradecimentos.

⁴³ Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Especialista em Memória, Identidade e Cultura Material (UFPEL), Brasil.

⁴⁴ Esse título refere-se a outro trabalho, feito quando da conclusão da Graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal de Pelotas (1996), embora o presente trabalho tenha uma inflexão no campo da política.

formação de um grupo de discussão: “Aliás, a idéia da ONG nem hoje existe, porque ela não é uma ONG [...] ainda não é registrada”⁴⁵;

- em 2002, pela primeira vez em Pelotas, da comemorou-se o “Dia do Orgulho Gay”, com apoio do Poder Público local, através de secretarias do governo, como a SMSBE (Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar). Realizou-se, assim, a “Avenida da Diversidade” em julho de 2002, que se repetiria, em 2003 e 2004;
- a estréia, em 2003, no jornal Diário da Manhã, da “Coluna do Meio”, assinada semanalmente pelo Capitão Gay;
- por último, destaca-se a reação de alguns membros da sociedade em relação ao nome dado pela Escola de Samba São Clemente, do Rio de Janeiro, para uma de suas alas, no carnaval deste ano, culminando com uma Moção⁴⁶ de Repúdio da Câmara Municipal de Vereadores.

A oportunidade deste estudo aflora diante desses fatos, levando a pensar até que ponto a dimensão política desta representação pode estar, de fato, revelando ou contribuindo para dar, ou não, maior visibilidade à expressão das sexualidades na cidade. Por outro lado, percebe-se inicialmente o quanto uma fala aparentemente “isolada” pode revelar aspectos interessantes, como a passagem da sexualidade, enquanto intimidade, e, portanto, categoria do privado, ao espaço público⁴⁷ e os discursos daí resultantes. Onde se encontram elementos capazes de nos fazer refletir sobre até que ponto, e sob quais circunstâncias, um discurso político pode ganhar ou não legitimidade de um determinado grupo da sociedade.

Numa perspectiva histórico-antropológica, a metodologia desta pesquisa baseou-se primeiramente em consultas a documentação (diversos jornais do período entre 1998 e 2004) e referências bibliográficas pertinentes ao tema. Num segundo momento, o trabalho de campo privilegiou o uso de observações (principalmente as

⁴⁵ Embora esse depoimento deixe clara a idéia de que não existe uma “ONG”, resolveu-se, durante este trabalho, tratá-la dessa forma, tendo em vista ser assim chamada por diferentes segmentos da sociedade: mídia, secretarias de governo e população em geral.

⁴⁶ Proposição feita por algum participante em uma assembléia, para que seja avaliada e votada, e que pode ser relativa a qualquer incidente que surja nessa assembléia ou fora dela. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles & MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁴⁷ Refere-se aqui ao surgimento de diversos movimentos sociais, bem como à criação de ONGS em todo o Brasil, em defesa dos direitos homossexuais. Manifestações essas muitas vezes atreladas a políticas públicas de inclusão social (GOLIM; WILER, 2002).

três exposições da Avenida da Diversidade) e entrevistas com roteiros previamente estruturados.

No que se refere às entrevistas, salienta-se que não houve um roteiro único e fechado, tendo em vista tratar-se de diferentes grupos de entrevistados: vereadores, prefeito, CCs, militantes de movimentos sociais, agentes de turismo.

A “Coluna do Meio” teria, segundo seu responsável, José Cattaneo, o objetivo de firmar “a liberdade de expressão e manifestação da sexualidade humana [...] propiciar o conhecimento e a reflexão sobre os temas da coletividade homossexual, sob diferentes ângulos” (Diário da Manhã, 11-2-03). Tentou-se ouvir, a respeito, o diretor do Diário da Manhã, jornalista Hélio Freitag, que se recusou a falar sobre o assunto.

De grande importância foi o acesso aos anais da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, principalmente, no que se refere ao encaminhamento dado pelos proponentes da Moção de Repúdio à Escola de Samba São Clemente.

ENTRE A TRADIÇÃO E A TRADUÇÃO: CONSTRUINDO REPRESENTAÇÕES DE CIDADE

Compartilhamos da idéia de Sandra Pesavento, que situa a cidade como o lugar, por excelência, “onde as coisas acontecem”, considerando, ademais, que a representação do mundo é parte constituinte da realidade, e “a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem por isso serem uns, mais verdadeiros ou mais importantes que os outros” (PESAVENTO, s.d.).

A própria idéia de “cidade plural”, contemplada por Edgar Morin⁴⁸, vem ao encontro de nossa proposta, pois, ao “ocultarmos o menos possível a complexidade do real”, sustentamos que a representação de “Cidade de Gays” é tão constitutiva da realidade de Pelotas, quanto a representação de “Cidade dos Doces” e categorias como “cidade-problema”, “cidade-representação” e “cidade-plural”, compõem este espaço urbano.

Ao abordarmos uma das dimensões da representação da cidade de Pelotas – enquanto “Cidade de Gays” – no caso, seus usos políticos, é necessário esclarecer o quanto a idéia de **REPRESENTAÇÃO** associa-se a uma imagem

⁴⁸ MAGNANI, J. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p 127- 8.
V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

mental da realidade social⁴⁹ e ao mesmo tempo nos leva a pensar que “o mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 1996: 112).

Embora não seja este o objeto de estudo deste trabalho, pois já o abordamos em outro momento (MONTEIRO, 1997), atenta-se aqui ao quanto a cidade de Pelotas cunhou no processo de sua formação histórica, desde Freguesia de São Francisco de Paula, uma **MARCA DE DISTINÇÃO**, idéia esta que vem ao encontro de Bourdieu, para quem “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas”. Tal marca se faz presente até hoje na sociedade pelotense:

É lógico, a cidade tem uma marca [...]. A cidade é a Cidade dos Alimentos, uma marca industrial da cidade. A cidade tem outra marca, a Cidade dos Doços. A cidade tem outra marca: a Cidade da Cultura. [...] Tem muitas marcas [...]. E a cidade tem essa marca, né?, a Cidade de Gays.
(Fernando Marroni, 19-4-04).

Ao pensarmos na representação de “Cidade de Gays”, enquanto marca de distinção, percebemos o quanto ela é capaz de gerar debates e, neste sentido, situa-se em um campo de disputas onde, por um lado, é vista como um caráter estigmatizante (GOFFMANN, 1988), conforme revela o seguinte depoimento:

Nós reunimos a Mesa Diretora, depois encaminhamos uma proposição ao Plenário, aprovada por maioria, no sentido de que essa homenagem proposta pela São Clemente é extremamente pejorativa à cidade, e acima de tudo ao povo de Pelotas. Manifestamos nosso repúdio à idéia da escola de desfilas com uma ala intitulada “Veadinhos de Pelotas” [...]. E o senhor carnavalesco [referindo-se a Milton Cunha] entende que Pelotas tem que se transformar num pólo gay, porque já é conhecida nacionalmente por essa situação. Nós discordamos e entendemos que isso não contribui para aquela proposta que Pelotas tem de retomada de seu desenvolvimento. [...] Não podemos concordar que Pelotas seja esparramada pelo mundo todo como sendo a capital do homossexualismo no mundo.

(Trecho extraído da explanação do vereador Ademar Ornel na Sessão Ordinária nº 197, de 4-12-03, da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, registrada sob ata de nº 190/03 nos anais da mesma).

Sustentando que, de fato, estamos em um campo de disputas, encontramos, por outro lado, vários depoimentos com argumentos favoráveis à positividade desta representação da cidade, conforme podemos observar abaixo:

⁴⁹ MONTEIRO, Gláucia. “O Folclore Gay de Pelotas”: sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. In: *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v. 4, dez. 1999, p. 113-128.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Eu acho que os homossexuais parecem que eles têm uma sensibilidade um pouco maior, mais aguçada [...] e que Pelotas, uma cidade bonita, arquitetonicamente falando... atrai. Sem dúvida, eles se interessam por toda essa arte que tem aqui e, então, já se interessariam em vir para cá, independente da fama. Isso aliado à fama deixa a cidade bastante atraente.

(Marcos Fernandes, integrante da ONG TAMBÉM, 26-3-04).

Eu acho que ela é positiva quando se trabalha isso no campo da diferença, do respeito ao direito que têm as pessoas de ter a sua opção sexual. Ela, economicamente, ela inclusive pode ser um filão importante. Essa comunidade homossexual, no mundo inteiro, é uma comunidade com alto poder de consumo. [...] Acho que, se nós formos encarar com esse olhar, economicamente é um tema viável.

(Vereador Luiz Carlos Mattozo, 5-4-04).

Além de reafirmar a idéia da positividade desta representação, os depoimentos revelam sob que aspectos é possível se pensar esta distinção e quanto essa representação é atravessada por relações políticas capazes de gerar discussões e polêmicas. Percebe-se que esta representação assume-se, também, como uma marca positiva⁵⁰, por sua capacidade de gerar diferenciadas práticas, abrindo espaços públicos de debate (Seminários e atividades paralelas à Avenida da Diversidade); causando polêmicas (Moção de Repúdio, externada pela Câmara Municipal de Vereadores); iniciativas da sociedade civil organizada (formação da ONG TAMBÉM); e interesses comerciais (probabilidade de desenvolvimento das potencialidades turísticas da cidade).

Outros conceitos que é necessário discutir aqui, referem-se à idéia de **PATRIMÔNIO** e **IDENTIDADE**, até porque, ao analisarmos um pequeno trecho da entrevista com o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, percebe-se o quanto estas categorias, relacionam-se com a idéia de representação, na qual este trabalho se baseia:

A visão de patrimônio é, exatamente, aquilo que tem um valor muito grande para minha identidade. Seja ela algo que está cristalizado na cidade ou as coisas que, hoje em dia, são produzidas na cidade, que isso faça com que eu vá montando, ainda mais, a minha identidade, como pelotense, como alguém que está aqui.

(Daniel Botelho – SMDE – Departamento de Turismo, 16-4-04).

⁵⁰ Assim como Foucault (1996) entende que há uma dimensão positiva do poder, esta positividade também pode ser observada nesta representação de “Cidade de Gays”, já que pode se apresentar como sendo geradora de espaços de disputa.
V. I, n.º 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

O depoimento acima vem ao encontro do dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho de Patrimônio Imaterial (GTPI)⁵¹, onde profissionais de diferentes áreas, na tentativa de melhor darem conta do conceito de **PATRIMÔNIO IMATERIAL**, conforme exposto por eles próprios, optaram por seguir o Artigo 216 da Constituição Federal, que define o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de bens culturais de natureza material e imaterial que se referem à ação, à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Percebe-se, assim, o quanto a idéia de uma representação de cidade, no caso de Pelotas, seja pela “fama dos doces” ou pela “fama de cidade dos gays”, está diretamente vinculada ao conceito de patrimônio, material ou imaterial:

A fama dos doces pra mim é uma questão imaterial que se materializa no doce [...]. E a fama da cidade ela tá na própria história. [...], esse processo histórico de ocupação, que tá cristalizado nessa arquitetura. Eu diria que seria um comparativo; aonde eu encontraria essa manifestação? Seria nesse patrimônio tão requintado e por que não nesses doces. Eu fico imaginando, um peão lá, da época da charqueada, todo sujo, carregando gado e chegando um pensador, que foi lá para a Europa, aprendeu a tocar piano, comendo um docinho e tomando um licor, sei lá do quê! Os caras só podiam levar... ser tachados.

(Daniel Botelho 16-4-04).

Da mesma forma que o conceito de patrimônio vincula-se ao de representação, o conceito de **IDENTIDADE** também, na medida em que pensamos identidade como algo plural e relacional e que “em vez de falar de identidade como algo acabado, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 1997: 42).

Percebe-se que, desta forma, a(s) identidade(s) referida(s) a Pelotas não nasceram com ela: formaram-se e transformaram-se no interior de suas representações. Ao construir-se identidades, produzimos sentidos e estes sentidos ligam-se a memórias, que unem passado e presente. Neste sentido, percebemos o quanto esta busca identitária se faz presente no imaginário pelotense, redimensionado em um momento de crise econômica da Região Sul do RS, se comparado aos áureos tempos das charqueadas, de pujança saladeril e, posteriormente, doceira:

⁵¹ O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL. *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura – IPHAN/FUNARTE, Julho de 2000.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

Pelotas, “Cidade de Gays”:

Um estudo sobre os usos políticos de uma representação

Eu acho que Pelotas é uma cidade rica e as pessoas se perderam um pouco, enquanto identidade. Eu sempre que falo em palestras e tal, eu procuro fazer com que as pessoas comecem a ter sua identidade de pelotense, que assuma a cidade, se aproprie dessa cidade, de forma material e imaterial. Eu acho que essa questão gay também é uma maneira de tu, também, te apropria dessa idéia e criar a tua identidade.

(Daniel Botelho16-4-04)

Ao romper-se com a idéia de uma identidade fixa e estável, impera o caminho do hibridismo, pluralismo e relativismo cultural e, mais, revela-se o que Hall viu como um movimento contraditório entre **TRADIÇÃO** e **TRADUÇÃO**:

Algumas identidades gravitam ao redor [...] da Tradição, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outros aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou “puras” e, essas, conseqüentemente, gravitam ao redor... da Tradução. (HALL, 1997: 94)

Sem querer ousar demais, me parece que esta citação, ao ser transportada para o tema a que nos propusemos, pode nos revelar dois momentos distintos da construção das identidades na cidade de Pelotas.

Um primeiro momento que procurava se sustentar tão somente na *tradição*: pampa sulino, economia basicamente rural, desenvolvimento da indústria saladeril, que ocasionou uma ascendência econômica e o desenvolvimento da atividade doceira, agora, demonstrando um período de opulência⁵² urbana, mas revelando um perfil de masculinidade dominante, conforme abordamos em outro trabalho (MONTEIRO, 1997). E num segundo momento, onde a identidade é atravessada por uma heterogeneidade cultural, estar-se-ia compartilhando com a idéia de “sujeito traduzido”, defendida por Stuart Hall e que, ao se analisar a chamada dimensão política de uma representação, nos leva a pensar a cidade de Pelotas como uma sociedade que aprendeu, de alguma forma, a traduzir e a negociar, no mínimo, entre duas identidades, senão entre duas representações.

Esta negociação insere-se em um campo de disputas, pois diante das duas representações que são dadas a Pelotas, a de “Cidade dos Doces” e a de “Cidade de Gays”, trabalha-se com a idéia de duas categorias discursivas, que por sua vez são politicamente ambíguas. Percebemos que ambas as representações

⁵² MAGALHÃES, Mário O. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860/1890)*. Pelotas: UFPel, 1993. V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

podem assumir tanto uma perspectiva positiva quanto negativa, oscilando entre elas de forma bastante tênue.

A representação de Pelotas como “Cidade dos Doces” assume-se enquanto positiva, na medida em que projeta a cidade, por uma atividade econômica que, inicialmente artesanal, revela-se hoje como potencial industrial e turístico da cidade, demonstrado com a realização da FENADOCE. Porém, quando comparada a hábitos sofisticados e requintados de uma cidade, dando uma conotação de frescura à doçura pelotense esta representação é tida como pejorativa para muitos de seus habitantes, ferindo um perfil de masculinidade tão caro à tradição sulina, do “gaúcho macho”.

Da mesma forma a “representação” de “Cidade de Gays”, também pode ser vista como positiva, por uma parcela da sociedade pelotense, quando faz com que Pelotas seja notícia, inclusive internacional, e, então, fazendo com que Pelotas novamente se projete. Porém, por outro lado, esta representação assume uma perspectiva negativa, quando se aproxima do discurso das sexualidades, fazendo-nos ver o quanto é reveladora de preconceitos.

Em síntese: ambas as representações aproximam-se, revelando-se como categorias positivas, quando fazem com que Pelotas seja vista, percebida, distinguida, entre tantas outras cidades brasileiras. Por outro lado, afastam-se e disputam entre si, um caráter de legitimidade, quando de alguma forma se remetem ao campo da sexualidade, fazendo com que se assumam uma postura relativizadora em relação ao conceito de Gênero.

Partindo da idéia de que ritualizar uma representação é reconhecê-la oficialmente, isto é, legitimá-la, consagrando-a como uma identidade (BOURDIEU, 1996) a fama de “Cidade dos Doces” é uma representação que é uma tradição, enquanto a fama de “Cidade de Gays” é uma representação que não é uma tradição, pois não é ritualizada, já que não é oficialmente reconhecida, tratando-se assim de uma *tradução*.

É nesse processo de tradução e negociação que a dimensão política da representação de “Cidade de Gays” revela-se, no mínimo, intrigante, pois nos faz pensar, como uma representação não é originalmente política acaba ingressando no campo da política. De outro modo, ao tratar-se de uma representação diretamente ligada ao campo da sexualidade, estar-se-ia também no campo da política: “O tema da sexualidade é um tema político, é um tema social e político. [...] Tudo que acontece na vida das pessoas passa por decisões políticas. Passa pela política”, diz o prefeito Fernando Marroni.

Assim, o Sr. José Cattaneo – "Capitão Gay" – questionado sobre se teria atrelado a revelação de sua intimidade, de sua sexualidade a uma relação política, responde: "*Eu fiz um casamento, extremamente proveitoso*". A mesma idéia aparece, quando afirma que sua "participação no carnaval foi política, não foi carnavalesca". Para compreender esta dimensão política da representação, embasamo-nos, no conceito de **CAMPO** de Bourdieu:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem as instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido, senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. É assim, por exemplo, que a oposição entre a "direita" e a "esquerda" se pode manter numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes. (BOURDIEU, 1979: 179-80)

Por outro lado, afirma Bourdieu, o "real é sempre relacional", precisamos pensar quais aspectos entraram em cena, a partir das eleições à Prefeitura de Pelotas, em 2000, nas quais emergiram diferentes discursos e práticas, dando uma visibilidade pública a algo que estava relegado à jocosidade, fazendo com que a própria representação de "Cidade de Gays", reforçasse uma disputa política, pois, "todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção de grupos e que pode alicerçar divisões e lutas propriamente políticas" (BOURDIEU, 1996: 120).

Atrelado ao conceito de campo, outro conceito, também desenvolvido por Bourdieu, que se impõe, é o conceito de **CAMPO POLÍTICO**, entendido ao mesmo tempo "como campo de forças e campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças" (BOURDIEU, 1989: 163-4) e, neste sentido, fazendo-nos compreender melhor os usos políticos desta representação. Da mesma forma a idéia de **CAPITAL POLÍTICO**, "visto como uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento" (BOURDIEU, 1989), nos remete a uma série de cruzamentos, sem dúvida, permeados de relações de poder, sem as quais não se poderia deixar de considerar, quando questionamos, porque, a partir de uma fala do então presidente de honra do PT (2000), Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu-se toda uma disputa eleitoral, senão uma disputa por crédito e reconhecimento. Pois, segundo Bourdieu, de fato, "o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce" (BOURDIEU, 1989).

Ao voltar-se à fala ou à "brincadeira" – como foi muitas vezes tratada pela mídia local e também em diversos depoimentos durante o trabalho de campo – de Lula em relação à representação da cidade, vê-se o quanto o sucesso ou o

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

fracasso de um enunciado está ligado ao poder. Da mesma forma que os rituais sociais podem ser entendidos como ritos de instituição e, por conseguinte, ao concordar-se que “instituir é consagrar” (BOURDIEU, 1996 : 99), percebe-se que Lula, enquanto “porta-voz” de uma coletividade político-partidária, soube muito bem lidar, não somente com a repercussão de sua fala, mas, principalmente, utilizar-se de sua condição de porta-voz autorizado, tendo em vista que na época era presidente de honra do PT, para que, ao contrário da oposição local – aqui, refere-se à candidata Leila Fetter da coligação “Um Novo Tempo” –, conseguisse “reverter o jogo” e trazer à tona, por exemplo, uma questão mal resolvida dentro da coligação opositora, no caso, a candidatura do “Capitão Gay” à Câmara Municipal de Vereadores, pois segundo ele próprio:

Eles [referindo-se ao antigo PPB] não tinham conhecimento do teor da plataforma que eu ia apresentar [...] Depois que eu fiz, eles não tinham como me correr do partido [...] Eles tinham que parecer democráticos e pluralistas, então eles me suportaram [...] Eu recebi uma sanção do diretório do partido... advertência⁵³ ...que era um escândalo fazer tais fotos.

(José Cattaneo, 1ª Entrevista, 24-3-04)

Por parte do candidato a prefeito pela Frente Popular, sr. Fernando Marroni, os usos políticos da representação de Pelotas vieram a sustentar, ainda mais, o que se citou acima como “condição de porta-voz autorizado”: “Ali aconteceu um processo de roubo de imagem e receptação de furto [...] Algo abominável, no momento político, até porque ninguém pode se apropriar da imagem do outro sem a sua permissão [...] O resultado tá na história! O adversário perdeu a eleição.

Esse acontecimento leva a questionar as possibilidades de abrangência e receptividade que um discurso pode assumir no campo político. Por outro lado, revela o ténue limite entre o discurso propriamente dito e seu reconhecimento e legitimidade ou não, dado contexto de ritualização social da realidade: “A instituição de uma identidade [...] é a imposição de um nome. A instituição é um ato de magia social e [...] instituir, dar uma definição social, uma identidade é também impor limites” (BOURDIEU, 1996: 100).

Na verdade, o que estava em jogo na “Última Batalha” – termo veiculado pela imprensa local – entre Leila e Marroni era, sem dúvida, uma disputa por reconhecimento.

⁵³ Ao entrar-se em contato com o diretório do PP, antigo PPB, por mais de uma vez, a pessoa responsável disse não haver “nada por escrito”; por outro lado, não se teve acesso às atas de reunião do partido.

Observa-se o quanto é importante que um discurso seja reconhecido, não apenas por seu porta-voz, e todo o poder que lhe foi outorgado, mas, principalmente, que seja compartilhado e, portanto, reconhecido como identidade de um grupo (BOURDIEU, 1989).

De fato, o campo político, para Bourdieu, significa, pois,

o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo. (BOURDIEU, 1989: 185)

Ainda no que se refere a essa relação entre o discurso e o porta-voz e de como ela se projeta no campo político, não se poderia deixar de pensar, por que, por exemplo, a proposta de um Fórum Nacional do Orgulho Gay não saiu do papel, ou melhor, da mídia. Por que nem sequer foi discutida pela Câmara Municipal de Vereadores, ao passo em que outras manifestações em defesa dos direitos homossexuais contaram com o apoio do Poder Público? Um exemplo é a comemoração do “Dia do Orgulho Gay”, com a realização da Avenida da Diversidade, por três anos consecutivos.

De outra forma, como essa representação pode ser reconvertida em capital econômico, por exemplo, provocando especulações da iniciativa privada, sobre a viabilidade do desenvolvimento do turismo GLS, em Pelotas?

Por outro lado, que espécies de “capital político” (BOURDIEU, 1989) estão em jogo, quando o fato de uma Escola de Samba usar-se da representação de uma cidade, pode gerar diferentes manifestações, provocando uma Moção de Repúdio, por parte da Câmara de Vereadores da cidade?

Cumpramos explicitar, minimamente, em que nos baseamos ao falar de “capital político”. De acordo com Bourdieu, um capital pessoal pode desaparecer com a pessoa de seu portador, enquanto, se for reconvertido em capital pessoal de notoriedade e de popularidade, de uma acumulação lenta e contínua do próprio capital pessoal, então, sim, é legitimado, pois

ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador [...] o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória [...] de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade. (BOURDIEU, 1989: 191)

Com base nesses questionamentos buscar-se-á, compreender como se revela, na prática, essa dimensão política da representação de “Cidade de Gays”.

POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO: AS TRADUÇÕES DA TRADUÇÃO

Ao pensar-se a representação de “Cidade de Gays”, como uma tradução, e tendo em vista os questionamentos feitos anteriormente, busca-se nesse momento, compreender como se revela, na prática, a dimensão política dessa representação, ou seja, que traduções podem ser feitas a partir dela. Nesse sentido, visualizamos possíveis traduções que possam dar conta dessa dimensão política da representação, a começar pela “polêmica figura” do Capitão Gay.

“Eu não me candidataria como Capitão Gay: eu sou!”⁵⁴ – Sem dúvida, as eleições para a Prefeitura e para a Câmara de Vereadores de Pelotas, em 2000, revelam-se como um momento rico para se refletir sobre o conceito de CAMPO POLÍTICO, tal qual Bourdieu o pensou.

O que seria apenas mais um processo eleitoral do município acaba trazendo à tona uma série de questões que, de alguma forma, fazem com que Pelotas, novamente, seja “notícia”.

O primeiro fato a chamar a atenção diz respeito à própria estréia do sr. José Antônio San Juan Cattaneo, na política partidária, lançando-se como candidato a vereador em Pelotas, pelo antigo PPB (Partido Progressista Brasileiro) – fato esse abordado não só pela imprensa local, como também nacional:

Cattaneo é um colecionador de polêmicas em Pelotas. [...] Debutando na vida política aos 40 anos, é o único entre os 273 concorrentes à Câmara a propagar, na campanha, uma plataforma gay e o fim de uma repulsa que acompanha a cidade desde seus primórdios [...]. Mesmo sem o fôlego econômico daqueles tempos, Pelotas não se desvencilhou da fama. E Cattaneo acha inoportuna a maneira como os pelotenses se esquivam da herança histórica. No entender do candidato, o município deveria explorar a celebridade para atrair riquezas.

(Jornal Zero Hora – 15-8-00, p. 7)

Antes mesmo de defender sua “plataforma gay” como foi noticiada pela imprensa, Cattaneo provocou uma série de reações em diferentes segmentos da

⁵⁴ Conforme entrevista realizada em 24-3-2004.

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

sociedade pelotense, devido à imagem com que se apresentou, posando para várias fotos que acabaram sendo exibidas em diferentes segmentos da mídia impressa .

Nesse sentido, atente-se para o fato do quanto uma “imagem” pode ser reveladora de uma linguagem e, nesse caso, de diferentes significados (CHARTIER, 1990).

A imagem que virou notícia, aproximou-o do personagem Capitão Gay do programa humorístico de Jô Soares, exibido durante certo tempo na TV Globo e acabou gerando um processo por parte, por exemplo, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), pois, segundo afirmou o seu Tribunal de Ética, a “fantasia de José Cattaneo é acusada de incompatível com o exercício da advocacia” (Zero Hora, 15-8-00, p. 7).

De outro lado, a mídia impressa local explora a idéia de que o Capitão Gay “recupera a imagem do super-herói” (Diário da Manhã, 16-8-00, pág. 3), enquanto a Revista IstoÉ afirma que “empelotou para o pelado de Pelotas”, pois ao posar em “trajes pouco ortodoxos” (Revista IstoÉ, nº 1612, 23-8-00, p. 20) o candidato a vereador José Cattaneo foi processado pelo Conselho de Ética da OAB.

Desse jogo de imagens, resultou que o processo movido pelo Conselho de Ética da OAB – Pelotas foi arquivado em Porto Alegre pelo presidente estadual da Ordem e, no que diz respeito ao nome “Capitão Gay”, esse sim parece não correr mais o risco de ser processado, pois, de acordo com o sr. José Antônio Cattaneo, quando questionado sobre sua candidatura neste ano (2004), novamente à Câmara de Vereadores de Pelotas, e se utilizaria o marketing “Capitão Gay”, o mesmo afirma:

Não, eu não vou me candidatar esse ano, pra tapar essa boca, porque se eu precisasse da homossexualidade para me eleger eu estaria candidato [...]. Eu não me candidataria como Capitão Gay, eu sou. Eu registrei o nome pra mim [...] esse nome tá registrado já, na Biblioteca Nacional. Eu sou o autor desta figura. [...] Eu sou o personagem, já tá registrado lá, eu tô esperando eles me mandarem o certificado.

(José Cattaneo – 1ª Entrevista, 24-3-04)

Ao prestar atenção no conteúdo da “plataforma gay”, seja da forma como foi divulgada na época, em material de campanha (os populares “santinhos”), ou daquela publicada na imprensa local, dois aspectos merecem ser destacados pelo fato de revelarem, como já afirmado anteriormente, espécies de “capital político”, no sentido de abrirem espaço à discussão das sexualidades. Refere-se, primeiramente, a uma das propostas defendidas por Cattaneo em sua campanha eleitoral, ou seja, a elaboração de uma legislação municipal e implementação das garantias constitucionais dos homossexuais.

V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

Nesse sentido, de fato, pode-se perceber que houve em Pelotas um empenho por parte do poder local em não somente discutir o tema, mas também de atuar em prol dos direitos civis da comunidade homossexual. Destaque-se aqui a Lei nº 4798, que emendou a Lei nº 4489/00 – Regulamento de Custeio e Benefícios do Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município – de autoria do vereador Eduardo Abreu (na época filiado ao PSB) e promulgada pelo prefeito Fernando Marroni, em março de 2002 – lei essa que, ao estender os benefícios, em casos de união estável entre pessoas do mesmo sexo, para o funcionalismo público municipal, torna-se, nesse aspecto, pioneira no Brasil. Embora o projeto tenha sido aprovado por maioria – 17 votos SIM, 5 votos NÃO, 2 abstenções e 2 ausentes – conforme a votação nominal (Ata nº 119/01 da Sessão Ordinária nº 224 de 13-12-01 da Câmara Municipal de Pelotas, percebe-se que suscitou polêmica. Até mesmo a Deus recorreram:

Bem, antes de ler o versículo, quero dizer que, como cristã, mulher de Deus, não apenas tenho a Bíblia, mas procuro guardar no meu coração os mandamentos nela escritos. Há pouco eu conversava com alguns vereadores e eles me perguntavam a respeito. Eu disse: “A Bíblia responde. Eu a tenho na mente, no coração e aqui comigo.” E abri a Bíblia e mostrei para alguns Vereadores, Levítico, capítulo 20, versículo 13, que diz assim: “Se também um homem se deitar com outro homem como se fosse mulher, ambos praticarão coisa abominável, serão mortos, e o sangue cairá sobre eles.” É a palavra de Deus que diz isso.” (Vereadora Pastora Ieda Barbosa, 13-12-01)

Por outro lado, o autor do projeto, vereador Eduardo Abreu, dizia:

Eu não quero citar Karl Marx, porque a minha intenção não é entrar numa discussão filosófica, não é entrar numa questão religiosa e, muito menos, entrar numa discussão direta com qualquer tipo de parlamentar que tem nesta Casa.
(Vereador Eduardo Abreu – 13-12-01)

Outro aspecto da “plataforma gay” de Cattaneo e que teve ampla repercussão, diz respeito ao desenvolvimento do turismo gay em Pelotas, tendo em vista a “fama” da cidade.

Essa idéia, em muito se aproxima da fala de um dos informantes entrevistados quando da realização de outro trabalho (MONTEIRO, 1997), que se considera oportuno retomar aqui: “Pelotas, mesmo sem querer, criou um marketing [...] ela deve capitalizar essa fama. Pelotas tá com o nome vendido!” (Flávio, 10-2-95. In: MONTEIRO, 1997: 27).

Embora Cattaneo não tenha sido eleito⁵⁵, essa idéia é retomada e ampliada por ele, em 2003, sob o nome de Fórum Nacional do Orgulho Gay ou 1º ForGay. Na época, Cattaneo enviou correspondência ao prefeito municipal, Fernando Marroni (PT), e ao Vereador Ademar Ornel⁵⁶ (PFL), presidente da Câmara de Vereadores, onde apresentava seu projeto.

No entanto, ao questionar a proposta de um “Fórum Nacional do Orgulho Gay”, percebeu-se, em campo, as mais diferentes posições, favoráveis ou não à realização do evento.

Independente da possibilidade de se realizar, ou não, em Pelotas, o Fórum Nacional do Orgulho Gay, um aspecto presente na maioria dos depoimentos refere-se, especificamente, ao autor da proposta – José Cattaneo, o Capitão Gay:

Eu continuo achando que tem coisas que precisam ter receptividade e esse cara não tem [...] a Câmara não vai abraçar um projeto de uma pessoa, nós não podemos fazer isso, nós representamos uma comunidade inteira, então, quando ela vem, ela tem que vir organizada. Com ele sozinho, é muito difícil que o projeto dele tramite dentro da Câmara [...] Ele não tem essa representatividade, então, para mim, eu aceitaria um fórum desse tipo, discutiria a partir de uma organização do movimento gay, e não a partir da proposta dele.

(Vereadora Jacira Porto, 7-4-04)

Vários depoimentos revelam o quanto uma proposta baseada na representação de “Cidade de Gays”, pode, de fato, ser ou não reconhecida, conquistando crédito e legitimidade por uma parcela da sociedade, ou, pelo contrário, não merecer sequer ser discutida. O que está em questão é o conceito de CAPITAL POLÍTICO – entendido como crédito firmado na crença e no reconhecimento –e, mais do que isso, a importância de quem fala. Trata-se aqui da idéia de “porta-voz”:

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador. (BOURDIEU, 1996: 89)

O trabalho de campo mostrou que as palavras, o discurso, as propostas do Capitão Gay não são reconhecidas e/ou creditadas por uma parcela da sociedade, carecendo de uma “força potencial mobilizadora”:

⁵⁵ No processo eleitoral de 2002, José Cattaneo obteve 503 votos.

⁵⁶ Conforme verificou-se no protocolo de nº 0332/03 de 7-2-03, da Câmara Municipal de Pelotas.

V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

O que seria um “discurso irresponsável” na boca de qualquer um é uma previsão razoável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões ou prognósticos [...] elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia [...] é capaz de as tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir na história – e isto depende ao mesmo tempo de sua aptidão [...] e de suas capacidades para mobilizar as forças necessárias para o fazer. (BOURDIEU, 1989: 186)

Quando questionado sobre como considera o fato de sua proposta – Fórum Nacional do Orgulho Gay – não ter sido, até o momento, discutida, mesmo com o apoio dado pela mídia impressa local, como pode ser observado através da manchete “Pelotas vai sediar o Fórum do Orgulho Gay” (Diário da Manhã, 8-2-03, p. 7), Cattaneo afirma: “Eu não sou do PT. Se eu fosse do PT, esse fórum já teria sido realizado.”

O que está em jogo aqui não é a filiação política de José Cattaneo, enquanto autor da proposta do 1º ForGay, mas, sim, o fato de ele não estar inserido nos movimentos sociais, ONGs que defendem os direitos da comunidade GLS, também pelo fato de que, até as eleições de 2000, ele, em momento algum, manifestou-se ou assumiu alguma postura que o inserisse nesse contexto de lutas pela diversidade sexual.

Quando essa proposta faz alusão ao desenvolvimento do turismo gay em Pelotas, como forma de reverter a “fama nacional” da cidade para difundir o turismo – idéia mencionada desde a época da campanha em 2000 – Cattaneo revela a intenção de construir em Pelotas um hotel-fazenda exclusivo para casais do mesmo sexo, colocando à disposição sua propriedade (97ha) para a construção do mesmo. Nesse caso, revelam-se interesses comerciais, tratando-se aqui de uma forma possível de tradução da representação de “Cidade de Gays” em capital econômico (BOURDIEU, 1996a : 19).

Sobre esse aspecto, encontramos, em campo, diferentes argumentos à viabilidade ou não dessa proposta:

Se fosse pra desenvolver a economia do município, se desenvolvia um hotel-fazenda, não um hotel-fazenda gay. Não com essa coisa de ficar dividindo a população. A diversidade é interessante, mas a diversidade dentro da unidade. A questão de respeitar limites é importante, mas ninguém vai respeitar limites, se a gente ficar separando as pessoas.

(Josiana Bacelo – Programa DST/AIDS-SMSBE, 31-3-04)

Eu não gosto da idéia [...] porque [...] rapidamente, ela sairia de apenas uma exploração, uma possibilidade de exploração econômica, pra se transformar,

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

realmente aí sim, num deboche! [...] Eu imagino Pelotas um Walt Disney Gay! As pessoas viriam e teria bandeiras do arco-íris coloridas em todas as portas, onde teriam lojas explorando isso de diversas maneiras e que eu duvido que os homossexuais gostassem de ver a sua imagem daquela maneira. [...] Quando começam a falar isso, eu já saio imaginando assim: a Prefeitura de Pelotas fazendo propaganda: “Pelotas, a Capital Gay do Brasil”, eu iria começar a ficar em pânico, se eu começasse a ver essas coisas acontecendo. Ou então, o CDL fazendo propaganda: “Sábado Promocional: venha e não sei o quê com as bichas!” Ou “Bichas têm desconto!”

(Marcos Fernandes, ONG TAMBÉM, 26-03-04)

É interessante destacar, aqui, o quanto essa idéia de desenvolver um segmento do turismo, no caso o turismo GLS, pode ser analisada sob diferentes ângulos. Cumpre expor brevemente um dado que se obteve em campo. Trata-se da iniciativa particular da professora Elizete Jeske, hoje presidente da FITUR que, em 1996, trouxe a Pelotas um grupo de 28 homossexuais masculinos de Porto de Alegre e Grande Porto Alegre e que, segundo ela, constituiu-se em “uma de suas melhores experiências”.

Quando questionada, sobre até que ponto o turismo GLS poderia contribuir para um efetivo desenvolvimento econômico da cidade, a professora Elizete é categórica: “E como!... nós poderíamos, dentro do turismo, aqui, deslanchar muito mais, e, é claro, um turismo que traz dinheiro”.

Sobre a mesma questão, diz a Sra. Iramaia Severo, guia de turismo e sócia de uma agência receptiva de Pelotas:

Tá provado nos festivais e workshops que a gente vai, sempre, sempre, a gente vê: as empresas que cresceram muito, de quatro anos para cá, são as que tão trabalhando com esse turismo [refere-se ao turismo GLS]. E são uns consumidores!... Eles têm dinheiro.

(Iramaia Severo, 14-4-04)

Vendo-se sob esse ângulo, tudo parece muito tranquilo, não fosse o fato de questionar-se se Pelotas estaria preparada e disposta a desenvolver o turismo GLS como uma das vias para o desenvolvimento econômico da cidade.

A idéia de que a cidade não estaria preparada para o desenvolvimento do turismo GLS encontra-se nos depoimentos de Iramaia Severo e Elizete Jeske, seja pelo fato de que a população em geral não seria receptiva, ou por falta de estrutura. Ambas referem-se, especialmente, à rede hoteleira de Pelotas, que não veria com “bons olhos” essa clientela. Igualmente, ao referir-se ao comércio local, a professora Elizete destacou um fato, segundo ela, “muito grave”:

Embora as pessoas concordem, os lojistas se deram conta do quanto eles faturaram naquele momento, pode-se dizer “horinhas”... eles pediram assim: “Não divulga, não bota na imprensa!” Porque ainda tem aquela coisa assim: “Ah! vão dizer que eu estou recebendo gays, como é que vai ficar minha clientela?”

(Elizete Jeske, 23-4-04)

Depois dessa breve trajetória sobre os usos políticos da representação de Cidade de Gays, no tocante à figura do Capitão Gay e sua projeção desde as eleições, considera-se que, entre tantas “peleias”⁵⁷, de fato, mais uma vez, ele consegue negociar a sua imagem, criando um espaço: a “Coluna do Meio” e, por outro lado, o seu “exército”: os “renegados”⁵⁸.

O objetivo da “Coluna do Meio”, “não é outro senão a liberdade”, segundo ele próprio; e seu surgimento em 11-2-03 deveu-se a um convite “espontâneo” do sr. Hélio Freitag, diretor-proprietário do jornal, em função daquela matéria divulgada sobre o Fórum Nacional do Orgulho Gay (8-2-03) e de toda a sua “caminhada de lutas”.

No que se refere à receptividade dos leitores em relação à coluna, pode-se perceber que as reações são polêmicas e que, o conteúdo da “Coluna do Meio” não é crível, nem reconhecido como efetiva contribuição à discussão do tema, seja pelo “ar de deboche”, pela “abordagem”, “pelas fotos”, por ser uma “manifestação individual”...

Sobre esse aspecto, é interessante observar que há, na visão do próprio Capitão Gay, uma cobrança da sociedade organizada, do seu não-pertencimento a uma ONG, visão que aparece na maioria dos depoimentos⁵⁹. Já na terceira edição da coluna, o próprio Cattaneo afirma que “o capitão não pertence a nenhuma, nem pretende pertencer, porque nasceu fora delas, é uma manifestação individual. [...] O capitão não vai se filiar, para não declarar preferência e manter a independência”.

⁵⁷ Briga, peleja, combate entre forças beligerantes.

⁵⁸ De acordo com Cattaneo, “os renegados” é um nome “debochado”, para referir-se aos seus companheiros de cavalgadas, durante as festividades da Semana Farroupilha em Porto Alegre – cavalgadas essas, ocorridas em setembro de 2002 e 2003. Segundo o Capitão Gay: “é uma coisa de ficção [...] é só porque a gente não come na cartilha, nem bebe, nem segue a cartilha do MTG, que é uma cartilha politicamente correta, como tá escrito, mas é, moralmente, uma vergonha” (Cattaneo, entrevista de 1º-4-04).

⁵⁹ Entre a maioria dos entrevistados, percebeu-se, em seus depoimentos, referências ao fato de José Cattaneo, além de não pertencer a nenhuma ONG que lute pelos direitos homossexuais, também não freqüentar lugares como, por exemplo, bares, festas, boates GLS de Pelotas. Inclusive, muitos deles consideram duvidosa sua posição de assumir-se como gay, considerando-a oportunista.

No que se refere ao aspecto da credibilidade dessa coluna, percebe-se entre os informantes a mesma reação:

Eu acho que começou mal. Quando começa sem seriedade e de uma forma oportunista, que é o lançamento de uma candidatura, usando deboche, usando a tanga, usando a contradição do macho e da fêmea, como gaúcho, penso que, na minha visão, perde a credibilidade. [...] Eu nem leio, porque acho que acabou criando um espaço que ele queria, né?, de projeção pessoal!

(Vereadora Miriam Marroni, 6-4-04)

Credibilidade essa que, como nos diz Bourdieu, encontra-se diretamente relacionada com o papel desempenhado pelo poder simbólico na produção da representatividade associada à fabricação da “pessoa política”:

O homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. (BOURDIEU, 1989 : 188-9)

Apesar de todas as questões aqui levantadas, para Cattaneo, a Coluna do Meio tem o seu “significado social”:

A própria existência da coluna e a permanência dela têm um significado social. Porque se isso aí fosse um poço de asneiras semanais, o Hélio Freitag não ia perder assinantes e o jornal não ia vender [...] e a coluna não ia completar o primeiro aninho de vida. [...] Eu acho que o saldo é positivo, porque o Hélio Freitag apostou numa idéia inovadora, ele abriu um precedente [...] que não tem no Estado do Rio Grande do Sul.

(José Cattaneo – 2ª Entrevista, 1º-4-04)

Acrescente-se: significado social, no entanto, ausente de significação política, isto é, carente dos recursos simbólicos associados ao *habitus* que faz o político.

A Diversidade no Palco – Em 2002, é realizada, pela primeira vez em Pelotas, uma comemoração pública⁶⁰ ao “Dia Internacional do Orgulho Gay” –

⁶⁰ Embora tenha ocorrido um evento em 1999, promovido pelo Departamento de História e Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UFPel, aproveitando-se do “Dia do Orgulho Gay”, para discutir o tema “*Homossexualidade ou homoerotismo? Constituições para o estudo da homossexualidade*”, evento esse mais direcionado ao público acadêmico. V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

evento esse que, embora tenha surgido em 1969 em Nova Iorque, é recente no Brasil, ocorrendo pela primeira vez em São Paulo, no fim da década de 90.

Com base nas observações feitas durante as duas primeiras realizações da “Avenida da Diversidade”, em 2002 e 2003, e em depoimentos colhidos no trabalho de campo, buscou-se não só analisar quais discursos estiveram presentes, para que tal evento se tornasse uma realidade e se firmasse como um evento cultural da cidade, mas também, e sobretudo, paralelo a esse, a formação da “ONG TAMBÉM” – *Grupo pela expressão das homossexualidades*, que ganha visibilidade como sendo divulgador e um dos organizadores da primeira “Celebração da Diversidade” na cidade.

Sobre a iniciativa de comemorar o Dia Internacional do Orgulho Gay em Pelotas, em termos de apoio público e de tempo disponibilizado na elaboração da primeira Avenida da Diversidade, Marcos, da ONG TAMBÉM, afirma:

Levamos um mês e meio, porque a idéia surgiu em maio e, em julho, ela tinha que tá acontecendo [...] A idéia surgiu do NUANCES⁶¹. [...] Nós já vínhamos nos reunindo desde fevereiro e eles [referindo-se ao Grupo NUANCES] sabiam do nosso trabalho [...] e daí ia se aproximando esse período onde aconteciam as paradas e eles tavam na fase de organização da deles e eles disseram: “Por que vocês não aproveitam que estão se reunindo e façam uma pequena manifestação na Avenida. Juntem quatro ou cinco drag queens, que vocês conheçam e saiam distribuindo panfletinhos, que vocês fazem xerox.”. Daí eu trouxe isso pra reunião e eles [o Grupo TAMBÉM] gostaram, abraçaram a idéia.

(Marcos Fernandes, 26-3-04)

Quando questionado sobre o modo como essa iniciativa do grupo foi parar no Poder Público, Marcos revela:

Nós queríamos fazer alguma coisa. Daí entra essa pompa de Pelotas: “Se é pra fazer, a gente não vai juntar quatro drags e sair distribuindo xerox, vamos fazer algo melhor!” [...] Nem pensamos na hipótese da Prefeitura, jamais. Nós íamos fazer através de nós, íamos fazer uma festa, juntar dinheiro, enfim, não sei. Foi quando surgiu, entrou o “Vale a Vida”⁶². [...] E aí ficou-se sabendo que o Vale a Vida tava pensando em organizar alguma coisa [...] chamamos eles e fizemos uma reunião juntos e daí eles disseram que estavam não só pensando, mas que estavam organizando algo, um evento, um show de algumas travestis, pra

⁶¹ “NUANCES – Grupo pela livre expressão sexual” constitui-se uma ONG, criada, em Porto Alegre em 1991.

⁶² O Grupo “Vale a Vida” é uma ONG criada, em 1998 em Pelotas, tendo por finalidade “atender a população que vive com HIV/AIDS”, conforme material publicitário divulgado na primeira Avenida da Diversidade.

comemorar o Dia do Orgulho Gay; que veio a calhar com a idéia que a gente tinha, e eles tinham a verba da Secretaria da Saúde, através dos projetos deles. Foi assim que se deu, e daí acabou entrando no âmbito do Poder Público. Aí a Miriam Marroni também gostou da idéia, propôs a sessão especial [...] que ocorreu no salão nobre, aqui da Prefeitura, antes do nosso seminário, à tarde. Veio o Marcos Rolim, o Célio do NUANCES, na sexta-feira anterior ao domingo da Avenida, fazia parte da programação.

(Idem)

Outro aspecto importante diz respeito à preocupação que havia em garantir o mínimo de público para esse primeiro evento – fato esse que remete à idéia de **credibilidade** e de **reconhecimento**, enquanto categorias do CAMPO SIMBÓLICO, na acepção de Bourdieu. Essa preocupação, por sua vez, está atrelada ao objetivo do grupo:

É um local tradicionalmente que as pessoas usam, por ser domingo. Não teria local mais apropriado no domingo, que a avenida Bento Gonçalves⁶³, até mesmo por uma garantia de público. [...] Aposta-se nisso, havia essa intenção, e, depois, qual é o objetivo disso tudo? O grande objetivo disso tudo é trabalhar com a visibilidade da homossexualidade. Então se espera o maior público possível, já que é esse o objetivo do trabalho.

(Idem)

A própria escolha da data faz refletir sobre o quanto uma “simples coincidência” pode remeter à idéia de “pertencimento”. A data reconhecida oficialmente como “Dia do Orgulho Gay”, é 28 de junho. Em Pelotas, porém, ela foi adiada, coincidindo com a semana em que se comemora o aniversário da cidade, ou seja, entre os dias 7 e 14 de julho.

Seja para que “não houvesse uma colisão de datas” em relação às outras paradas gays que acontecem no estado, ou para que, de alguma forma, esse evento garantisse seu espaço na cidade, o fato é que, por três anos consecutivos – 14-7-02, 13-7-03 e 11-7-04 – a celebração do Dia do Orgulho Gay foi realizada sempre aos domingos, na avenida Bento Gonçalves e durante a semana de aniversário da cidade, constituindo-se assim em um evento pertencente à cidade e que, segundo Josiana Bacelo, “a população, hoje, espera essa atividade, como uma atividade corrente do calendário de cultura”⁶⁴.

⁶³ Nessa avenida, da cidade, ocorre, há alguns anos, todos os domingos, uma feira de exposições de trabalhos artesanais pelotenses.

⁶⁴ Conforme informações que obtivemos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Avenida da Diversidade “ainda não pertence ao calendário oficial de eventos da cidade”.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

No que se refere às possíveis diferenças entre a primeira e a segunda Avenida da Diversidade, em relação à sua organização, apoio e/ou incentivos recebidos, percebe-se que, de fato, há dois momentos distintos.

Sobre a primeira Avenida da Diversidade, que, inclusive, contou com um breve discurso do prefeito Fernando Marroni e da primeira-dama Miriam Marroni, a coordenadora do Serviço Municipal de DST/AIDS considera:

Levou muito tempo até a gente entender o que queria fazer. [...] No primeiro ano, era uma política de saúde, uma política de direitos humanos, cada secretaria meio que separada e a gente tinha que fazer um convencimento interno do gestor, mesmo tendo recurso pra financiar uma “parada gay” [...] por isso ela leva mais tempo. [...] Existia aquela preocupação de não fazer uso daquelas populações pra propaganda de governo, uma linha tênue. Tinha que ter uma explicação na época, muito bem fundamentada pra gente fazer isso.

(Josiana Bacelo, 31-3-04)

No encaminhamento à segunda Avenida da Diversidade, em 2003, percebe-se uma certa facilidade, envolvendo secretarias de governo e se tornando uma “política do município, conforme afirma Josiana Bacelo.

A parceria feita entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a ONG TAMBÉM, na programação da segunda Avenida da Diversidade, revela uma preocupação inexistente na primeira:

Surgiu como uma proposta nossa, porque o que não aconteceu na Avenida de 2002, aconteceu na de 2003, nós tínhamos um tema que era trabalhar com a educação. E aí surgiu a idéia de se fazer oficinas nas escolas, então pra isso eu me reuni com a Secretaria de Educação [...]. A SME forneceu a confecção de um banner pra se levar pras oficinas, o descolamento pras oficinas e o agendamento de escolas interessadas.

(Marcos Fernandes, 26-3-04)

O projeto “Educando para a Diversidade” tinha como proposta “discutir a sexualidade, realizando-se em cinco escolas públicas municipais, durante quase dois meses, e, pela carência de pessoal, por parte da ONG, acabou contando com apenas um oficinairo, o próprio Marcos Fernandes. Quando questionado sobre quantos oficinairos estavam envolvidos no projeto, Marcos responde: “Um só, só eu. Cada semana eu ia em cada escola.” Sobre as principais realizações da ONG TAMBÉM, em dois anos de existência, afirma: “Bom! a principal realização foram as duas Avenidas da Diversidade.”

Retomando-se, a idéia exposta pelo próprio Marcos, de que “nem hoje a idéia de uma ONG existe, que ela não é uma ONG e que ainda não é registrada”,

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

percebe-se o quanto o Grupo TAMBÉM, tornou-se, de fato, uma ONG, seja pela visibilidade que teve, projetando-se enquanto tal, seja pela legitimidade concedida pelo Poder Público. Nesse sentido, sempre que esse último refere-se ao Grupo TAMBÉM, classifica-o como uma ONG e, portanto, as “palavras” podem significar, sim, “reconhecimento”: “A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito” (BOURDIEU, 1996: 95).

Voltando-se a atenção ao projeto “Educando para a Diversidade” e, especialmente, à repercussão que teve, vê-se que o tema sexualidade, nesse caso, a homossexualidade, constitui-se em assunto que gera “polêmicas” e um certo “desconforto” e que, conforme a vereadora Miriam Marroni, “se avançou, mas este avanço ainda é muito incipiente”. De fato, a própria iniciativa e objetivo do projeto podem ser traduzidos como um “avanço”, no sentido de trazer “esse debate à tona”, conforme Daniel Botelho. Porém, percebe-se, ao entrevistar Marcos Fernandes, que em uma das escolas houve situações reveladoras de certa resistência à forma como o projeto foi encaminhado.

Segundo Marcos Fernandes, “foi interessante que algumas escolas tinham aceitado, porém os alunos foram às oficinas sem saberem muito bem que assunto seria tratado”. A coordenadora pedagógica da E.M.E.F. Cecília Meireles garante que os alunos realmente foram avisados com antecedência:

*Foram, foram, foram avisados. A gente conversou com eles, a gente falou que viria **uma pessoa dar uma palestra** pra tratar sobre a homossexualidade, **sobre o “diferente”** e, eles também, no momento, eles quiseram “pagar pra ver”.*

(Karla De Belli Frio, 16-4-04)

O “diferente” acabou tornando-se “pesado”, na opinião de alguns pais, que procuraram a escola:

Eles queriam ir até a SME [...] então aí, o quê que nós achamos melhor? Nós trazermos a SME aqui pra dentro e nós, enquanto comunidade, sentarmos e conversarmos, não foi a nível de represália, foi a nível de debate [...] Até, vieram pouquíssimos pais, três ou quatro pais, mas foi muito bom porque um pai teve a coragem até de dizer o que ele pensava. Ele dizia que “não sentia necessário tá mostrando [...] cenas do filme”, que até nem teve ato sexual em si. Mas que ele achava, e o pai foi bem firme nisso, que não achava necessário que se mostrasse homem com homem se beijando e viesse alguém aqui dentro da escola dizer pra eles [homossexuais] se fazerem respeitar, “que não teria necessidade disso aí”.

(Idem)

Quanto à abrangência desse projeto, verificou-se que ele não atendeu à demanda da sociedade. Assim, por exemplo, a professora Karla Frio sugeriu, em sua entrevista, que essa “palestra” fosse estendida à comunidade, “de repente até uma palestra antes pros pais, pra depois com os alunos”.; por outro lado, segundo Marcos Fernandes, “a própria SME propôs que fizéssemos esse trabalho com os professores da rede”, o que vem ao encontro da vereadora Miriam Marroni, que afirma a necessidade desse projeto ter uma “seqüência”, no sentido de “criar, no currículo municipal, essa discussão, como algo permanente, interdisciplinar”, tratando-se assim de uma “proposta mais perene”.

Se, por um lado, o projeto pode ser ampliado ou aprimorado, o Grupo TAMBÉM não só conquista o seu espaço, mas, além disso, ao conquistá-lo, constitui-se como grupo, já que, conforme afirma a professora Karla Frio, “a conquista só se dá no grande grupo” e, dessa forma, permite também legitimá-lo, enquanto “um movimento bem mais representativo da sociedade”, conforme aponta a vereadora Jacira Porto e, portanto, reconhecido como uma ONG.

De fato, o processo de formação da ONG TAMBÉM está atrelado ao processo de realização, na cidade, da comemoração do “Dia do Orgulho Gay”, fazendo com que a ONG assuma um espaço legítimo de mediação institucional, entre o Estado e a sociedade, e, por outro lado, a Avenida da Diversidade apresentasse como um “ritual institucionalizado” pois tem seu “reconhecimento”, conforme Bourdieu tão bem expressou: “o simbolismo ritual não age por si só, mas apenas na medida em que representa – no sentido teatral do termo – a delegação” (BOURDIEU, 1996: 93).

Em relação à repercussão da Avenida da Diversidade, ao comparar-se a primeira (2002) com a segunda (2003), algumas diferenças se fizeram presentes durante as entrevistas, com se verifica, por exemplo, no seguinte depoimento:

Na primeira, a gente tava muito preocupado, ainda, com a reação das pessoas, teve muito artista de fora, transformistas de fora, porque os daqui tavam com medo de ser rechaçados, de que ia acontecer algum problema, que iam “levar ovo”, era essa a idéia que eles tinham. Então, foi todo mundo de homenzinho. Foi tri estranho, tu olhares para aquelas figuras que tu tá acostumado a ver de salto alto e batom, todos vestidinhos de homem. [...] A primeira foi meio no susto [...] As pessoas ficaram meio assustadas e viram o show. Na primeira parada, a gente teve gente dizendo: “Ah! eu tô aqui só olhando!” e na segunda não, as pessoas estavam ali olhando, aplaudindo e gente dizendo: “Não! Vocês têm que fazer isso mesmo, porque isso aí tem que acontecer...” Então já teve uma outra participação da população que tava lá embaixo, assistindo a esse show, inclusive, houve uma interação maior entre o público. Num primeiro momento [referindo-se à Avenida da Diversidade de 2002], ninguém nos chamava para discutir essa

questão da homossexualidade no rádio e, no segundo ano, a gente já fez mesa-redonda em vários lugares. E foi interessante por isso. A população começa a se dar conta de que pode tentar conviver sem ficar tão incomodada com essa fama.

(Josiana Bacelo – SMSBE, 31-3-04)

Um último aspecto que se faz necessário apontar aqui, diz respeito ao fato de a Avenida da Diversidade ser um evento “literalmente parado, porque ela não é uma parada⁶⁵ [...] ela é um show”, diz Josiana Bacelo. Marcos Fernandes, quando questionado sobre por que não “Parada Gay”, afirmou:

Parada pressupõe uma marcha [...] e o nosso evento não tem uma marcha, é um evento parado, propriamente dito. Então, eu não gostaria que chamassem de parada, pra não criar uma frustração com as pessoas que se dirigissem até lá, porque não vai ter um desfile [...] pelo menos na organização das duas primeiras, nós não tínhamos estrutura de pessoal.

(Marcos Fernandes, 26-3-04)

De acordo com vários depoimentos percebeu-se que a realização da Avenida da Diversidade, por três anos consecutivos, revelou-se, de alguma forma, como um espaço para a ritualização da sexualidade, levando-a para “rua”, porém numa espécie de “show”, no qual a diversidade afirma-se no “palco”. Nesse sentido, a vereadora Jacira Porto destaca que

foi um movimento importante, porque trouxe pra rua esse tema e tinham várias bancas, várias representações de organizações que trabalham com esse tema, mas ainda pedia, pedia e, pra mim, ficou essa questão do palco, de uma coisa estilizada, de homens coloridos, cheios de plumas, dançantes, travestidos de mulher. Acho que o universo gay é muito mais amplo do que isso e ele não precisa disso.

(Vereadora Jacira Porto, 7-4-04)

O animal não é o veado, é o cavalo! – O que, aparentemente, pode parecer uma aposta de “jogo do bicho”, na verdade é uma reação a uma das possíveis traduções da representação de Cidade de Gays, referida a Pelotas. Trata-se aqui da MOÇÃO DE REPÚDIO, apresentada pela Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em dezembro de 2003, quando o carnavalesco Milton Cunha nomeou de

⁶⁵ A “parada” à qual Josiana Bacelo, coordenadora do Serviço Municipal de DST/AIDS da SMSBE, se refere, diz respeito a outras paradas, que ocorrem no restante do País e que são marcadas por um desfile, uma caminhada da comunidade GLS.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

“Veadinhos de Pelotas” uma das alas da Escola de Samba São Clemente para o carnaval deste ano.

Em entrevista dada ao site Mix Brasil, o próprio Milton Cunha afirmou:

Meu enredo para o carnaval é o Arraial Mítico do Boi Voador. Nele os animais míticos deste país chegavam de seus estados para homenageá-lo: de Manaus vinha o boto cor-de-rosa; do Rio, a egiúinha pocotó; de Minas Gerais, o ET de Varginha; e do Rio Grande do Sul, os veadinhos de Pelotas...

(Milton Cunha, 17-2-03)

Em entrevista publicada pela mídia impressa local Milton Cunha afirmou que o “veadinho de Pelotas” se insere na qualidade de “animal mítico brasileiro”, revelando-se uma “unanimidade nacional”, fazendo “parte do inconsciente coletivo do brasileiro”. Reafirma-se o quanto a representação de “Cidade de Gays” age como marca de distinção reconhecida nacionalmente.

Retoma-se aqui a idéia do quanto essa **marca de distinção** pode assumir uma **perspectiva positiva** por projetar Pelotas, conforme se verificou logo no início de reportagem do jornal Diário Popular: “a cidade pode ganhar notoriedade até internacional no Carnaval de 2004 do Rio de Janeiro, pelo mito que carrega” (2-12-03, p. 3).

A idéia de que essa representação de “Cidade de Gays” pode traduzir-se em um discurso que nos remete ao conceito de **capital econômico**, como uma das possíveis realizações do **capital político**, desenvolvido por Bourdieu, está presente na mesma entrevista, quando Milton Cunha sugere que “os pelotenses revertam em turismo as críticas pela condição de capital dos homossexuais”, sugestão que – conforme enfatiza o jornal – também agrada ao Secretário Estadual de Turismo, Luís Augusto Lara, que se colocou à disposição para “contatar a escola em nome do Estado, para formatar ‘algo positivo’, se assim desejarem o prefeito e a comunidade” (Diário Popular, 2-12-03, p.3).

Essa “homenagem” à cidade, no entanto, provocou a reação de alguns segmentos da sociedade pelotense, revelando-se como uma **marca distintiva**, porém **negativa**, pois a representação de “Cidade de Gays” pode traduzir-se como negativa, ao aproximar-se de categorias relacionadas a uma identidade cunhada pela cidade e a qual ela se esmera em manter, referindo-se ao perfil de masculinidade dominante na tradição gaúcha do “macho puro”, como se vê nas palavras enfáticas de discurso

do vereador Jesus David (PMDB)⁶⁶, na Sessão nº 195 da Câmara Municipal de Pelotas, realizada em 2-12-03:

Em primeiro, lugar quero cumprimentar meus colegas, os que se manifestaram quanto ao grande efeito daquela escolinha de samba do Rio de Janeiro que ora está na categoria especial, ora na categoria de acesso, e que teve a brilhante idéia de homenagear a cidade de Pelotas com uma ala que faz alusão aos “veados” (ao seu esposo, ao seu pai), enfim, generalizando a cidade como um todo, aliás, como já disse o Presidente Lula de outra vez, aqui, que era um pólo de exportação de “veados”. [...] O que me importa é estar falando com o senhor e a senhora que nos vêem pela TV Câmara⁶⁷, pois são quem nos procura e toma as devidas posições [...] é porque ao longo da história de Pelotas determinadas camadas da sociedade pelotense concordam e acham engraçadinho travestir os seus filhos e pensar que é o caminho correto, de encher a gurizada de plumas e paetês e ainda falar: “Meu filho, o caminho é este!” [...] Ninguém está fazendo discurso machista, mas, pelo menos, temos um dever com os nossos filhos, com a nossa sociedade, que também repudia esses fatos. [...] E agora passo a falar do nosso histórico Diário Popular [...] um jornal que tem a credibilidade do Diário Popular, divulgando essa grande palhaçada nacional. [...] Nós já tivemos uma situação semelhante a essa, quando o sr. Ricardo Boechar, do jornal O Globo, também fez a mesma brincadeira na ocasião da inauguração do nosso aeroporto. [...] Pois esta Casa fez uma moção de repúdio pedindo a retratação de O Globo [...]. Claro que se retratou, porque a Infraero, o comandante da Infraero fizeram com que O Globo voltasse atrás e se retratasse. [...] Aqueles cariocas não têm mais o que brincar? [...] Temos um monumento erguido na Praça do Colono (1º de Maio), de um trabalhador com um machado na mão, exatamente para definir quem entra em Pelotas, porque tem muita gente de fora, principalmente do Rio de Janeiro [...]. Também sobra sim [...] ao ilustre Secretário de Governo, do meu partido (ele não é do meu partido, é do PTB, mas ele faz parte da nossa coligação...), o jovem brilhante, entusiasmado, esvoaçante. Deputado Luís Augusto Lara [...] que diz que a idéia também agrada ao Secretário, ele que é de Bagé, macho puro de Bagé [...] ele acha que isso é turismo e vai trazer turistas para a cidade de Pelotas. E nós temos que conviver, no dia-a-dia, [...] com essas “veadagens” colocadas aqui. Mas é a mesma imprensa que abre espaço para o “Capitão Gay”. Pelotas, “Capitão Gay”, gaúcho de bombacha cor-de-rosa e nós temos que agüentar tudo isso, gente! Até quando nós vamos agüentar isso? [...] Ligue a televisão e vão ver aqueles cariocas falando em amor livre. Amor livre com a mulher deles! Agora nós vamos ter que levar a faixa de “veadinhos” de Pelotas na passarela? [...] Não foi por unanimidade, foi por maioria, mas aprovamos [referindo-se à Moção de Repúdio]. E temos certeza de que vamos

⁶⁶ Juntamente com os vereadores Pedro Godinho (PMDB), Ademar Ornel (PL), Gilberto Cunha (PSDB), Mattozo (PSB), Adelar Bayer (PL) e a vereadora Maria Ieda Barbosa (PTB), o vereador Jesus David assinou a MOÇÃO DE REPÚDIO à Escola de Samba São Clemente, do Rio de Janeiro.

⁶⁷ Canal de TV a cabo local que diariamente exhibe as sessões plenárias da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas.

V. I, nº 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

continuar lutando contra essas bobagens, essa palhaçadas que não vêm em engrandecimento da histórica “Atenas do Sul”.

(Vereador Jesus David – trecho extraído da Ata nº 188/03 da Sessão Ordinária nº 19, 5 da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, realizada em 2-12-03)

Ao nos depararmos com a riqueza desse discurso e seus desdobramentos, ou seja, a MOÇÃO DE REPÚDIO, tornou-se inevitável ouvir os depoimentos de alguns vereadores favoráveis à Moção de Repúdio e de alguns que se posicionaram contrariamente a ela. Nesse sentido, destacam-se alguns aspectos em que se embasaram dois dos vereadores que assinaram a moção: Luís Carlos Mattozo (PSB) e Adelar Bayer (PL). Conforme o primeiro:

Eu percebi no tema-enredo, não no enredo, mas na forma de abordagem que o carnavalesco deu para o tema, que tratou-se de forma sensacionalista [...] quando esse tema [referindo-se à homossexualidade] é tratado dessa forma, cresce o preconceito contra a cidade. Acho que teria tido outro impacto se, por exemplo, se esse tema fosse tratado com viés econômico, cultural, com a história de Pelotas, vinculado a esse perfil que a cidade teve no século retrasado⁶⁸ [...]. A Moção de Repúdio se fundou nisso, na forma pejorativa com que o carnavalesco [referindo-se a Milton Cunha] tratou esse tema.

(Vereador Luís Carlos Mattozo, 5-4-04)

A mesma “história de Pelotas” é referida pelo vereador Adelar Bayer, ao dizer:

Assinei, com certeza, porque, na verdade, ela não eleva e não mostra, na verdade, o espírito cultural histórico que tem nossa cidade [...] nós temos uma cidade com um nível cultural muito alto [...] temos pessoas e personalidades em toda história do Brasil [...] e isso não é visto [...] é usado essa [...] vamos dizer “característica” da cidade para dar uma conotação até depreciativa e não explorando o lado cultural da cidade como meio turístico.

(Vereador Adelar Bayer, 2-4-04)

A vereadora Miriam Marroni (PT), reconhece como “pejorativa” a iniciativa da escola de samba mas argumenta:

Nós não nos manifestamos, eu jamais assinaria um repúdio a uma escola de samba que trata a questão da homossexualidade de forma lúdica, de forma pejorativa, eu também acho que é uma forma pejorativa. Eu jamais trataria esse

⁶⁸ Refere-se aqui à época de opulência econômica de Pelotas, devido às charqueadas, na segunda metade do século XIX.

grande conflito da humanidade dessa forma. Mas [...] ao assinar esse repúdio [...] identifica o preconceito.

Eu não acho que tenha que usar como meio de turismo, e também não acho que tenha que repudiar, porque significa dizer que aí eu me coloco ao lado daqueles que têm preconceito, que repudiam outras pessoas que têm outra orientação sexual [...] e isso não contribui para um debate sério.

(Vereadora Miriam Marroni, 6-4-04)

A vereadora Jacira Porto (PT) admitiu que, no momento da sessão, estava fora do plenário e que, ao ouvir pela televisão, “correu para o plenário” para poder votar contra a Moção, que considerou “um absurdo”:

Eu acho que é uma bobagem [...] porque o carnaval é um momento de brincadeira [...] e eu fui radicalmente contra essa Moção porque eu acho que, quanto mais tu fazes esses movimentos, tu acabas dando mais visibilidade e maior polêmica ao tema. [...] Eu acho que é uma medida demasiada, acabaram dando espaço, inclusive, praquela carnavalesco [referindo-se a Milton Cunha] na “Hora do Brasil” pra falar sobre esse assunto. Nós mesmos, volto a dizer, fizemos a fama da nossa cidade.

(Vereadora Jacira Porto, 7-4-04)

No tocante às questões de “visibilidade” e “polêmica” citadas pela vereadora Jacira Porto, percebe-se semelhante referência na entrevista de Marcos Fernandes a respeito da ala da Escola de Samba São Clemente:

A ala em si não incomoda absolutamente nada. A ala em si, o nome da ala, em nenhum momento ela foi vista como pejorativa, na minha opinião e na da ONG [...]. Nada, nenhuma Avenida da Diversidade gerou tanta demanda nessa cidade como essa ala; essa ala foi impressionante, cheguei a me recusar a falar sobre a ala!⁶⁹ [...] Só quem viu esse problema foi a Câmara de Vereadores e o Diário Popular. Porque o Diário Popular já lançou como polêmica: “Polêmica na Cidade”. Ninguém disse que havia polêmica, a não ser o Diário Popular, aí a polêmica se instaurou.

(Marcos Fernandes – ONG TAMBÉM, 26-3-04)

Diante de tais observações, não seria possível deixar passar em branco uma questão bastante pontual, levantada pela vereadora Jacira Porto: “o carnaval é um momento de brincadeira”. Nesse sentido, Roberto DaMatta considera que

todos os sistemas constroem suas festas de muitos modos. No caso do Brasil, a maior e mais importante, mais livre e mais criativa, mais irreverente e mais

⁶⁹ Marcos se refere aos convites que recebeu nessa época, de várias emissoras de rádio e da própria mídia impressa local de Pelotas, para que, em nome da ONG TAMBÉM desse seu depoimento a respeito do assunto.

V. I, n° 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2004.

popular de todas é, sem dúvida, o carnaval [...]. O carnaval não pode ser sério. Senão não seria um carnaval. (DAMATTA, 1986: 71)

No que se refere ao **nome** dado, inicialmente, à ala – “**Veadinhos de Pelotas**” – percebeu-se o quanto, de fato, esse nome pôde, num primeiro momento, como já foi dito, inserir-se na idéia de marca de distinção, porém, por outro lado, pôde, ao remeter-se à representação de “Cidade de Gays”, inseri-la no conceito de identidade sublinhado por Bourdieu: “A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social” (1996 : 100).

Ao classificar de “**veado**” o animal que iria representar o Estado do Rio Grande do Sul, vindo diretamente de Pelotas para o Arraial Mítico do Boi Voador, imaginado por Milton Cunha, novamente esbarra-se em uma questão “nominal”, ou seja, conforme afirmou o vereador Ademar Ornel (PFL):

*E agora se expande um pouco mais essa situação, porque dizem que essa ala homenageia não só Pelotas, mas todo o Rio Grande do Sul, e que os “veados” passam a ser o símbolo do animal gaúcho. Na verdade, esse é outro equívoco, pois o animal gaúcho é representado por um **cavalo**, sendo até reconhecida por lei estadual essa questão [...].*

(Vereador Ademar Ornel – trecho extraído da Ata nº 190/03 da Sessão Ordinária nº 197 da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, realizada em 4-12-03)

Ainda com relação ao animal que deveria, ou melhor, teria o “direito” de representar o Rio Grande do Sul e, nesse caso, especificamente, Pelotas, a professora Elizete Jeske considera:

*Eu como carnavalesca também acompanhei todo o processo. [...] Eu não gostei foi do enfoque que foi dado, a maneira com que foi colocado. Poderia ter sido de várias maneiras, até mesmo pela nossa fama das charqueadas, Pelotas poderia ser vista até pelo **boi**. Até pelo boi e não dessa maneira assim jocosa, de degradar.*

(Profª. Elizete Jeske – presidente da FITUR, 23-4-04)

Na verdade, ao serem citados diferentes animais – “veado”, “cavalo” ou “boi” – que poderiam “representar” Pelotas ou, até mesmo, o Estado do Rio Grande do Sul, depara-se inevitavelmente, com o que, de fato, iria apresentar-se na passarela da Sapucaí, no carnaval de 2004, ou seja, uma “fantasia”. Fantasia essa que, para Da Matta,

permite a invenção e a troca de posições. Note-se que, no Brasil, não falamos em máscaras, mas em fantasias [...] a palavra “fantasia” tem duplo sentido. É logo Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio

que se pode pensar acordado [...] e a roupa que só se usa no carnaval ou para uma situação carnavalesca. Assim, ela permite que possamos ser tudo o que queríamos, mas que a “vida” não permitiu. [...] A fantasia liberta, des-constrói, abre caminho e promove a passagem para outros lugares e espaços sociais. Ela permite e ajuda o livre trânsito das pessoas por dentro de um espaço social que o mundo cotidiano torna proibitivo com as repressões da hierarquia e dos preconceitos estabelecidos. (DAMATTA, 1986: 74-5)

De fato, no carnaval tudo é possível, como diz DaMatta, “o carnaval é basicamente uma inversão do mundo”. Tantas podem ser as possibilidades ou, por que não dizer, as traduções, que a “polêmica” gerada, a princípio, pelo “nome” da ala, acabou provocando a substituição por: “**Não dou pelotas para os veadinhos**”. Em entrevista ao *site* Mix Brasil, disse o carnavalesco Milton Cunha: “Eu faço meu carnaval para o bem, para brincadeira e alegria, então mudei o título, mas mantive a auto-gozação, pois acho importante para nós, gays, termos profissionalismo, postura política, mas sem perder jamais o bom humor”.

“Bom humor” e “postura política” que fizeram o “Capitão Gay”, como pelotense, ir até a fantasia:

Eu disse pra ele [referindo-se a Milton Cunha] que pra mim desfilar no Rio, só de gaúcho, eu não desfilaria de veadinho. Porque eu de veadinho, na ala dos veadinhos, eu não vejo nada demais [...] eu não estaria inovando nada. A minha participação no carnaval foi política, não foi carnavalesca [...]. Eu desfilei, na avenida, conduzindo a ala dos veadinhos, eu fui na frente da ala, vestido de gaúcho.

(José Cattaneo – 3º Encontro, 6-4-04)

Nessa trajetória de buscar compreender a dimensão política de uma representação de cidade – “Cidade de Gays” –, entendida como uma das possíveis traduções de uma tradição da cidade de Pelotas, ou seja, a de “Cidade dos Doces”, trabalhou-se o tempo todo com os conceitos de reconhecimento e legitimidade. Conceitos esses que remetem a uma luta pela definição de uma identidade à “Princesa do Sul”, ou, simplesmente, à cidade de Pelotas, que teve seu próprio processo de construção de cidade atrelado a “marcas de distinção”.

Percebeu-se que essas marcas de distinção estão inseridas em um campo de disputas, fazendo com que se tornem objetos de lutas por reconhecimento, credibilidade e legitimidade. É nesse campo de disputas que se pode pensar em traduções legítimas, ilegítimas e/ou ambíguas.

Nesse sentido, no decorrer deste trabalho, constatou-se que a tradução de “Cidade de Gays” assume um caráter positivo e, portanto, possível de ser legitimado pela sociedade, quando, por exemplo, é reconhecida pelo Poder Público, através da

realização da Avenida da Diversidade, não só enquanto ato de celebração ao Dia Internacional do Orgulho Gay, mas, sobretudo, enquanto um processo vinculado a políticas públicas, sejam elas “políticas de saúde”, “políticas de educação”, ou, simplesmente, pelo fato de que legitimou o próprio movimento de uma parcela da sociedade civil organizada, sustentando, nesse sentido, a ONG TAMBÉM, que passa a ser reconhecida como ONG, sem de fato legalmente sê-lo.

Da mesma forma, a tradução de “Cidade de Gays” assume-se como uma marca positiva, quando faz com que Pelotas se projete, seja “notícia”, como se, de alguma forma, retomasse um “desejo original”, e aqui poder-se-ia voltar aos “áureos tempos” da charqueada, em que, bem antes de Pelotas ser destaque nacional por seus doces, era reconhecida por sua indústria saladeril.

Essa representação pode ainda traduzir-se, enquanto uma marca de distinção positiva, quando faz com que se crie em Pelotas uma lei estendendo benefícios aos servidores públicos municipais, em casos de união estável com pessoas do mesmo sexo. Atitude essa que revela um certo “orgulho”, quando os proponentes desse processo destacam que se trata de uma lei pioneira no país, tornando-se não só legal, mas, sobretudo, legitimada.

Por outro lado, essa representação de “Cidade de Gays” pode se traduzir como marca de distinção negativa e, portanto, não reconhecida pela sociedade, nem legitimada pelo Poder Público, quando, por exemplo, surge, pela primeira vez em Pelotas, um candidato que se coloca como defensor da comunidade GLS pelotense, intitulando-se “Capitão Gay”.

Independente de questões partidárias, o que fez com que José Cattaneo não tivesse sido eleito vereador, nas eleições de 2000 à Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, sem dúvida, está relacionado à estrutura de campo político, que define o reconhecimento como o principal conteúdo do capital político que é disputado nesse campo.

Pelotas quer, sim, manter-se como uma cidade que, como bem afirmou o Prefeito Fernando Marroni, “tem muitas marcas”, no entanto, desde que essa “marca de distinção”, não eleve Pelotas a “capital do homossexualismo no mundo”, conforme muitas vezes foi citada em diferentes segmentos entrevistados, inclusive da própria comunidade homossexual. Mais do que a “capital do homossexualismo no mundo”, estar-se-ia, de acordo com Bourdieu, instituindo-se, sim, uma identidade para a cidade de Pelotas, pela imposição de um nome.

Por outro lado, Pelotas aceita, legítima e reconhece o nome de “Cidade de Gays”, desde que não se legitime nem se reconheça propostas como a de um Monumento ao Gay Anônimo na praça Coronel Pedro Osório, ou um Fórum

Nacional do Orgulho Gay – 1º ForGay – , pois, dessa forma, estar-se-ia, de fato, sustentando o “Folclore Gay de Pelotas”.

A “polêmica” figura do “Capitão Gay” pode ser vista, nesse sentido, como uma tradução ilegítima, pois não só suas propostas são ilegítimas, como, de acordo com o universo de entrevistados, o próprio Capitão Gay não é uma pessoa legítima, no sentido de não ser, conforme Bourdieu, um “porta-voz autorizado”, tendo em vista sua “performance política” não ser reconhecida por grande parcela da sociedade.

Entre as traduções legítimas e ilegítimas, depara-se com um fato que sequer se imaginava quando se projetou este trabalho, ou seja, a MOÇÃO DE REPÚDIO apresentada pela Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas à Escola de Samba São Clemente, devido ao nome dado por esta a uma de suas alas para o carnaval carioca deste ano.

Considera-se que essa MOÇÃO DE REPÚDIO pode ser vista como uma das traduções da Tradução de Cidade de Gays, porém, sob duas perspectivas, tratando-se de uma tradução ambígua, onde, se por um lado é legítima, pois foi externada por “porta-vozes autorizados”, ou seja, sete membros da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em que pese ter sido encaminhada por trinta por cento do número de vereadores dessa Câmara, aprovada por “maioria” e, na época, sem uma manifestação do Poder Executivo municipal, na figura do Prefeito Fernando Marroni, que “optou pelo silêncio”, por considerar uma atitude “inócua” essa proposição, não representa a sociedade pelotense como um todo, sequer a maioria da totalidade de vereadores de Pelotas e, nesse sentido, relativiza-se sua legitimidade.

De outro modo, quando questionado sobre o que, de fato, gerou essa “polêmica”, ou seja, o “nome” que o carnavalesco Milton Cunha deu à ala – “Veadinhos de Pelotas” – como uma homenagem à cidade e sua aparente resposta feita com a troca do nome para “Não dou pelotas aos veadinhos”, mais que uma questão nominal, como já foi dito, revela-se novamente um campo de lutas e, nesse sentido – devido a todo processo gerado na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas – lutas propriamente políticas, onde, novamente, atenta-se para a idéia de que nomear é, sim, consagrar, e que, ao reconhecer essa nomeação, estar-se-ia instituindo uma identidade para a cidade, identidade essa que, por sua vez, disputa legitimidade, o tempo todo, com outra identidade cunhada pela Tradição.

O que se percebe é que, tanto a Tradição de “Cidade dos Doces” quanto a Tradução de “Cidade de Gays”, estabelecem-se num campo relacional de disputas,

enquanto marcas de distinção instáveis, podendo oscilar tanto numa perspectiva positiva quanto negativa.

É diante destas relações binárias: SAL/AÇÚCAR, DOCE/DOÇURA e DOÇURA/FRESCURA, que não só se estabelecem duas representações de cidade, mas, principalmente, **traduções**, a partir de uma Tradição.

Por outro lado, essas traduções levam a pensar como se construiu a própria Tradição, ou seja, que elementos simbólicos fizeram com que determinados rituais fossem institucionalizados ou não, por uma sociedade, abrindo-se caminhos para se pensar o papel da política na construção relacional da realidade, cuja atuação se dá sobre o modo pelo qual a própria realidade é ambigualmente representada, como parece ser o caso da sociedade pelotense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papius, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Bertrand/DIFEL: Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *A Dominação Masculina*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- CARDOSO, Ruth (org). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, v. 11.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa: Bertrand/DIFEL, 1990.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Grall, 1993, v. 1.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles & MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Identidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GOLIN, Célio & WEILER, Luis (orgs.). *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPel, 1993.
- MONTEIRO, Gláucia. "O Folclore Gay de Pelotas": sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. In: *História em Revista [do] Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas, v. 4, dez. 1988.
- O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL. *Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura – IPHAN/FUNARTE, Julho de 2000.
- ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: os caminhos cruzados da representação urbana*. (xerografado)
- VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PERIÓDICOS:

- JORNAL DIÁRIO GAÚCHO*. Edições dos dias 5-7-01; 5-3-04.
- JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ*, Pelotas. Edições dos dias 19-6, 22-6, 22-7, 3-12-99; 16-8, 17-8, 29-10-00; 11-7, 14-7, 27-11-02; 8-2, 11-2, 18-2, 25-2, 4 e 5-3, 11-3, 18-3, 25-3, 1º-4, 8-4, 15-4, 29-4, 6-5, 13-5, 20-5, 26-5, 27-5, 3-6, 10-6, 17-6, 22-6, 24-6, 1º-7, 8-7, 13-7, 14-7, 15-7, 21-7, 22-7, 28-7, 29-7, 4-8, 5-8, 12-8, 19-8, 2-9, 9-9, 20 e 21-9, 30-9, 7-10, 14-10, 21-10, 22-10, 28-10, 4-11, 11-11, 18-11, 25-11, 2-12, 9-12, 16-12, 23-12, 30-12-03; 3-1, 6-1, 13-1, 20-1, 27-1, 10-2, 17-2, 18-2, 21-2, 26-2, 2-3, 9-3, 16-3, 23-3, 30-3, 6-4, 13-4, 20-4, 25-5, 30-5, 10 e 11-6, 15-6, 6-7, 7-7, 11-7, 12-7, 13-7-04.
- JORNAL DIÁRIO POPULAR*, Pelotas. Edições dos dias 26-4, 27-9-98; 23-6-99; 5-7-01; 15-7, 29-7-02; 17-6, 6-7, 13-7, 14-7, 2-12, 6-12, 10-12-03; 23-2, 11-7, 12-7-04.
- JORNAL O GLOBO*, Rio de Janeiro. Edição do dia 16-8-00.
- JORNAL O SUL*, Porto Alegre. Edições dos dias 4-9, 6-9, 8-9-02.

Recebido em: 26/04/2004

Aprovado em: 20/07/2004

Publicado em: 24/09/2004